



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Considerações Comissão Técnica – Componente Língua Estrangeira Moderna

1. (Item 3.1.9) Reverter a decisão de transformar os livros didáticos de Língua Estrangeira Moderna de caráter consumível para reutilizável.

Solicitação indeferida. Seguem abaixo considerações acerca dos pontos apresentados.

- a) **Aumenta o tempo dedicado à cópia e prejudica a contextualização;**
- b) **Restringe a diversidade de atividades, o trabalho com imagens e a autonomia do estudante;**

Frente aos argumentos apresentados pela ABRALE, a respeito das obras reutilizáveis, dialogamos com as pesquisas desenvolvidas por Veiga (2008) e Oliveira (1983), sobre a prática de aposição de respostas no livro didático. Oliveira destaca que essa forma de registro tem origem nos princípios de associação, contiguidade e repetição, isto é, em “princípios de condicionamento” propostos pela técnica da instrução programada, tal como entendida por Skinner¹, em sua teoria de aprendizagem behaviorista. A técnica da instrução programada recorre ao uso de mecanismos de reforço e memorização para a aprendizagem.

A resposta escrita no livro seria assim um modo de garantir e registrar a aprendizagem do aluno, em oposição a práticas de apresentação de conteúdo adotadas nos livros didáticos tradicionais. O registro das respostas corresponde à demonstração dos comportamentos esperados para os alunos dentro de uma concepção pedagógica behaviorista, a que posteriormente se vem somar pressupostos cognitivistas² sobre o “processamento de informação e desenvolvimento dos processos intelectuais” (OLIVEIRA, 1983, p.91). Integra essa visão uma concepção de livro

¹ Skinner acreditava que o comportamento humano poderia ser controlado e moldado pelo esforço repetitivo - behaviorismo. No livro Tecnologia do Ensino, de 1968, o cientista desenvolveu as máquinas de aprendizagem, onde organizava o material didático de maneira que o aluno pudesse utilizar sozinho, recebendo estímulos à medida que avançava no conhecimento.

² Cognitivistas acreditam que o indivíduo é uma "caixa-preta" e que o processo de aprendizagem é tarefa única e exclusiva do sujeito, o ambiente não participa do processo.

didático que metodologicamente recorre a um conjunto de exercícios variados do modelo de múltipla escolha (verdadeiro-falso, combinação entre colunas, preenchimento de lacunas e suas possibilidades de realização e combinação) e que se tornou um modo privilegiado de buscar garantir a memorização e o reforço. Esses exercícios encontram-se respaldados por teorias estatísticas e taxonômicas que permitiam a ilusão de precisão da correção automática, gerando um sem número de exames e classificações da aprendizagem. Essa ilusão, no entanto, ignora a importância do envolvimento do aluno no próprio processo de aprendizagem. Veiga (2008) reforça que esse modelo trata o ensino como adestramento, porque se eliminam os conflitos, as divergências e o aluno é colocado diante de conclusões dadas como acabadas; provoca o que autora denomina de “aprendizagem apaziguada”.

A despeito da importância que esse movimento teórico e metodológico obteve ao longo do século passado, muito se tem discutido, hoje, na composição de materiais didáticos, sobre a necessidade de constituir outras propostas de desenvolvimento de atividades, não mais dependentes de um processo de aprendizagem sustentado em parâmetros de memorização e reforço. Ou seja, o espaço em branco (a alternativa a ser marcada, ou outra modalidade de registro da atividade) a ser preenchido na folha do livro perde importância, diante de novas concepções do que seja aprender certo conteúdo do conhecimento humano. A contextualização do que se ensina por meio do livro didático, que não depende da posse definitiva do livro, mas do conceito de contexto de aprendizagem desenvolvido pela coleção. Textos, imagens, cores, sons, não deixam de ser analisados porque o livro será devolvido ao término do ano escolar. Estar com o livro proporciona ao aluno o acesso a tudo o que o livro didático incorporou na sua elaboração, independente de devolução ao final de um ciclo.

Quanto ao argumento de que o livro reutilizável restringe a diversidade de atividades, é uma “verdade”, reforçamos que essa restrição se dá, exatamente, sobre as atividades de caráter de repetição e memorização automática – quase sempre de formas linguísticas e lexicais -, dissociadas da relação entre o que se diz e o modo como se produzem os sentidos em circulação, naquele contexto trazido para a unidade didática.

Tomemos os exemplos trazidos pelo documento da ABRALE. São dois exercícios de preenchimento de lacunas, um de localização no texto e um de marcação de falso verdadeiro. Após a apresentação da primeira imagem, argumenta-se:

[...] uma atividade de leitura e de prática contextualizada da conjugação de verbos, por meio do preenchimento de lacunas com verbos na flexão adequada e da identificação dos marcadores de tempo que determinam essa flexão.

Para transpor uma atividade como essa para um livro reutilizável **sem perder a contextualização**, seria necessário pedir que os alunos copiassem no caderno todo o texto [...] (documento da ABRALE)

No parágrafo que antecede a segunda imagem, afirma-se que:

A impossibilidade de escrever no próprio livro compromete também a interação do aluno com imagens e recursos gráficos do suporte impresso. Veja-se a atividade abaixo, de um livro de Língua Inglesa também aprovado no PNLD 2015, em que o aluno é estimulado a identificar elementos que caracterizam o gênero cartum na própria imagem estudada. Não é difícil imaginar que a atividade perderia muito se precisasse ser transposta para o caderno. (documento da ABRALE)

Observam-se dois problemas que merecem atenção: a noção de contexto e a confusão do que seja função do livro didático e do caderno usado para estudo na escola. Em relação à noção de contexto, é preciso ressaltar que o fato de elementos de um texto terem sido retirados e colocados separadamente no infinitivo para o aluno recoloca-los conjugados adequadamente não implica um exercício de gramática contextualizada. Isto é, preencher lacunas com formas verbais é exercício de memorização e reforço, só não mais com frases isoladas³. Mantem-se a ideia de que o resultado único é o objetivo a ser buscado, e o que não coincidir com a presunção da forma estabelecida para o exercício será tratado como erro. A compreensão de contextualização é de outra natureza, refere-se às relações entre a produção da linguagem como uma atividade vinculada ao contexto e, ao mesmo tempo, transformadora desse mesmo contexto. Ou seja, abrir uma discussão sobre contextualização implica problematizar as condições de existência de uma certa produção textual⁴. Logo, um texto isolado das suas coordenadas de circulação social não pode ser considerado como *contexto* de um exercício de preenchimento de lacunas com elementos gramaticais; talvez, possa ser considerado, quando muito, como lugar de relações contextuais (ou de relações no contexto linguístico), tal como explica a Linguística textual. Isso nos desobriga de considerar esse tipo de registro no livro como indispensável, já que as relações cotextuais podem e devem ser estudadas juntamente com as discussões de apreensão de sentidos que se desenvolvem a partir do tratamento dado à contextualização.

³ Cabe ressaltar, ainda, que caso o aluno disponha de acesso à internet e fizer consulta ao texto original terá apenas que copiar as respostas esperadas, sem ter efetivamente atingido o objetivo de memorizar e reforçar o uso do tempo verbal.

⁴ Uma revisão sobre essa noção pode ser melhor apreendida em Maingueneau & Charaudeau (2004, p.127-128); os autores retomam várias perspectivas teóricas que se propõem a discutir a noção de contexto, no que se refere aos estudos da linguagem

Em relação aos apontamentos escritos no livro didático, há uma clara confusão entre o papel do caderno escolar e o do livro didático.

Ao retomar o papel dos cadernos escolares, há várias pesquisas na área da Educação que registram suas funções ao longo dos tempos. Por exemplo, os cadernos escolares na origem são o lugar da “escrita das escolas cristãs” e “representam a imobilidade e o silêncio que este ato sujeitava os escreventes, deixando clara a influência dos cadernos para uma didática centralizada na escrita” (NEUBERT; SCHLINDWEIN, 2014, p. 4). Some-se a isso, o detalhe de que deixam registro escrito da organização do trabalho em sala de aula tanto dos alunos como dos professores, e, desse modo, são o suporte para a execução de atividades e para a avaliação dessa execução. (NEUBERT; SCHLINDWEIN, 2014). Registre-se que essa avaliação também incidia sobre o trabalho docente, como forma de controle. Observando-se esse papel do caderno, não se pode ter a expectativa de que o livro didático ocupe esse lugar. O desafio do livro didático de língua estrangeira reutilizável é criar o seu lugar na relação com o caderno escolar, os demais livros de consulta disponíveis em salas de leitura ou bibliotecas, a situação específica de cada sala de aula, as orientações oficiais brasileiras para o ensino de línguas na educação básica, entre outras muitas possibilidades de oportunizar ao aluno aprendizagem de novos conhecimentos. Ou seja, a valorização a ser atribuída ao livro didático de línguas estrangeiras deve vir de outro lugar, que não o lugar-papel do registro escrito, este deve se ocupar em oferecer aos professores e alunos o que Azeredo (2013) aponta como fundamental em sala de aula de ensino de língua:

Para apreender a palavra como forma de construir significado, é preciso ir além de sua utilidade como simples instrumento de comunicação e passar a tratá-la como objeto de observação, de reflexão e de análise. Cabe ao professor, portanto, levar o aluno à percepção e compreensão de que a palavra desempenha múltiplos papéis em nossa vida, e que os horizontes de nossas experiências simbólicas se ampliam na mesma medida em que se ampliam nossos recursos de expressão. A educação linguística e literária – que propicia a compreensão do funcionamento da linguagem no contexto da cultura e provê o estudante de recursos que ampliam sua capacidade de exprimir e de captar conteúdos – é o passaporte que lhe permite transitar conscientemente pelo mundo dos textos. (AZEREDO, 2013, p.22)

Efetivamente, não podemos nos esquecer, no entanto, que a ciência muda, os aportes teóricos entram em embates e nos fazem rever verdades dadas como absolutas em determinado tempo/espço da nossa vida de estudos. Todas as áreas do conhecimento estão submetidas a esse movimento, inerente à vida humana. Se nos afastamentos dessa compreensão, ficamos presos à ideia de neutralidade científica e de racionalidade estrita, tão combatidas neste e no século passado. O livro didático inscreve-se nessa discussão, não só porque deve discutir esses embates,

conflitos de ideias, divergências de explicações sobre certo aspecto do conhecimento humano, mas também, por conta de suas características e objetivos, tem vida científica mais curta do que os tratados teóricos. Não há nada de errado nisso, aliás, é por essa razão que o PNLD reabre sua seleção a cada três anos, para evitar defasagens mais marcantes na apresentação dos aspectos a serem estudados na educação básica.

Por isso, não podemos concordar com a afirmação do documento da ABRALE de que o livro não consumível *“limita muito o acesso e a exposição do aprendiz e do professor aos materiais de LEM: o livro consumível pode contribuir na formação de um acervo pessoal ou familiar”* e de que *“compromete a visão da aprendizagem como processo: o livro consumível pode ser consultado em momentos posteriores e contribuir para a consolidação do aprendido”*. Registre-se, ainda, que compreender e desenvolver uma política pedagógica na escola da aprendizagem como processo não depende essencialmente do livro didático, e menos ainda do livro didático ser ou não consumível. As decisões pedagógicas que definem os parâmetros de atuação dos alunos, dos docentes, dos funcionários, da família, da relação com o entorno da escola, ultrapassam o problema da escolha do livro didático. Ou melhor, são elas que definem qual livro didático será mais adequado a seus interesses e propósitos.⁵

c) Afeta o desenvolvimento da interação texto-leitor

O uso de livros reutilizáveis não afeta o desenvolvimento da relação texto-leitor, pois essa competência não tem a ver com o fato de o livro didático ser consumível ou ser reutilizável; cabe à prática pedagógica interposta pelo Professor em sala de aula (que possui o papel de mediador do conhecimento). Consultas de estudo devem estimular a autonomia dos alunos, sem limitarem-se ao livro didático e a sala de aula. A prática de reutilização do livro didático já está consolidada e funciona para os demais componentes curriculares.

Os livros didáticos antigos, já devolvidos e não escolhidos em nova seleção, formam o acervo das bibliotecas escolares. Assim, cada escola tem o seu histórico de escolhas de livros didáticos de todas as disciplinas ao longo do tempo. Cada livro didático deve estimular o estudo de fontes primárias, de pesquisas, a elaboração de projetos que ampliem as possibilidades de

⁵ O *Centre des archives contemporaines de Fontainebleau*, na França, é um centro destinado à preservação da memória da instituição escola e do ensino nesse país. Disponibiliza à pesquisa documentos de diversas naturezas, entre eles provas de alunos, exames de ingresso de professores à rede pública, materiais didáticos desde ano de 1900. <http://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/fr/web/guest/site-de-fontainebleau>.

aprendizagem, deixando os exercícios de caráter escrito para outros suportes, como o caderno, por exemplo.

d) Limita muito o acesso e exposição do aprendiz e do professor aos materiais de LEM

e) Compromete a visão de aprendizagem como processo

O fato de o livro didático ser consumível ou ser reutilizável não limita o acesso e a exposição do aluno e do professor aos materiais de LEM, nem compromete a visão de aprendizagem como processo. Cabe ao professor por meio de sua prática pedagógica o estímulo ao estudo de fontes primárias, pesquisas, e elaboração de projetos que ampliem as possibilidades de aprendizagem. Consultas de estudo não devem se resumir/ ater ao livro didático, haja vista o acervo de bibliotecas não ser consumível. A prática de reutilização do livro didático é comum e funciona a contento com outros componentes curriculares.

f) Aprofunda as disparidades entre escolas públicas e privadas

Não aprofunda as disparidades entre escolas públicas e privadas. O entendimento de qualidade da educação e conseqüentemente a qualidade do material didático tem a ver com concepções pedagógicas, com a formação de um cidadão crítico e apto a exercer seu papel na sociedade. Papel este definido na legislação educacional e nos princípios e deveres expostos na Constituição Federal de 1988 e reafirmadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O PNLD existe para buscar atender necessidades do maior número possível de alunos da rede pública; para fazer isso as regras foram criadas e vem sendo aprimoradas ao longo do tempo.

O livro não pertence ao aluno, que deve ser instruído a conservar seu material didático – sabendo que ele será utilizado por outro colega no ano seguinte e compreendendo a importância desta prática.

A crença de que o livro consumível atribuiria valor de qualidade ao ensino de línguas não mais é aceito pela academia como metodologia adequada. A disparidade de qualidade entre escolas, ou entre a rede pública e a rede privada, não tem como centro de seus problemas o livro didático. A afirmação da ABRALE não se sustenta frente aos números oficiais. Segundo o Relatório Nacional do Pisa 2012, as médias mais altas relativas às notas obtidas em Matemática não são as da rede privada⁶ (461,7), mas sim as da rede pública federal de ensino (484,9). Esse

⁶ Na distribuição nacional de alunos pelo país, a rede privada responde por 17,5% desse total, incluídos aqui os diferentes níveis de ensino. Os 82,5% restantes são de responsabilidade das redes públicas federal (1,2%), estadual (72,9%) e municipal (8,4%). Dados disponíveis em

mesmo relatório ressalta que “*É bastante interessante a análise da rede particular em comparação com a rede federal de ensino. Embora inclua estudantes com nível socioeconômico mais alto, a rede particular apresenta resultado inferior ao da rede federal de ensino.*” (p.54).

Outro estudo da área da Economia nos apresenta uma explicação que também redireciona a discussão proposta pela ABRALE:

Tem-se constatado, nos últimos anos, significativas diferenças nos resultados das avaliações a favor dos estudantes brasileiros de escolas privadas em relação aos de escolas públicas baseadas no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e no *Programme for International Student Assessment* (PISA). Isso pode estar refletindo, tanto a fuga da classe média do ensino público, que busca nas escolas particulares um sistema de ensino mais eficiente, como o maior acesso à educação pública das famílias mais carentes. Entretanto, é difícil separar nesta diferença o efeito da eficiência do sistema privado do efeito das condições socioeconômicas das famílias que podem optar por escolas privadas para seus filhos; principalmente, considerando que a grande maioria das famílias brasileiras apresenta perfis socioeconômicos desfavoráveis e só tem a escola pública como única opção. **Esse imensurável viés de seleção relacionado às condições socioeconômicas das famílias pode tornar incomparável o desempenho dessas duas redes de ensino, impossibilitando isolar o efeito da eficiência das escolas privadas em obter melhores performances dos alunos.** (COSTA; ARRAES; VERA-HERNANDEZ, 2014, p.2 – grifo nosso)

Fica claro que para haver algum método de comparação da qualidade entre redes e escolas é preciso considerar mais do que o material didático utilizado. Logo, se há disparidade entre as duas redes ela estaria condicionada muito fortemente a fatores socioeconômicos das famílias. Os autores sinalizam, após várias demonstrações matemáticas do que poderia ser comparável e quais metodologias poderiam ajudar nessa comparação, com uma observação contundente: “*escolas dotadas de professores mais qualificados e motivados poderiam se tornar mais eficientes e guiar os pais a tomar decisões sobre o destino da rede de ensino para os filhos.*” (COSTA; ARRAES; VERA-HERNANDEZ, 2014, p. 18). Ou seja, a preocupação com a formação e a remuneração do professor não pode ser assunto desconhecido das famílias, não importa em que rede estejam matriculados seus filhos. As famílias que têm filhos na rede privada também estão sujeitas aos problemas de qualidade no ensino e às despesas que o material didático representa em seu orçamento, em particular no que se refere a livros inutilizados ou inutilizáveis no ano seguinte por outro membro da família. E não podemos deixar de registrar que muitas escolas da rede privada

optam por livros com o selo do PNLD, o que demonstra o reconhecimento que o Programa tem em nossa sociedade.

g) Significa um retrocesso: em 2011, o aluno conquistou o direito de manter o material didático de LEM em seu poder

Não significa um retrocesso a mudança que o Edital do PNLD 2018 estabelece para os livros didáticos de LEM. No entendimento do MEC os argumentos apresentados não justificam que LEM não deva participar assim como os demais componentes curriculares já o fazem; o fato do material didático permanecer em poder do aluno não se caracteriza como conquista. A conquista se dá com propostas de ensino que permitam desenvolver uma autonomia de pensamento, de tomadas de decisão, uma formação que possibilite ao aluno o senso crítico e demais habilidades para um pleno exercício de sua cidadania.

Em muitas partes do mundo, o livro didático é acervo da escola, que o cede ao aluno ao longo do ano escolar para seguir as aulas de determinado componente curricular, conforme afirmam Bittencourt (2008), Oliveira (2003, 2004), entre outros. Essa prática da cessão do livro ao aluno, além de sustentar a valorização do patrimônio público (tanto da verba utilizada para a sua compra, como do cuidado com um bem que não pertence a quem o usa), é um modo importante de desenvolver a cidadania do jovem em relação aos bens públicos, que são utilizados por muitos e por isso devem ser preservados por todos.

Por essa razão, a concepção de um livro reutilizável não é apenas parte integrante de uma política econômico-financeira; na verdade, essa forma de vínculo deve ser compreendida como parte do processo que caracteriza políticas educacionais voltadas para a formação cidadã. No âmbito do PNLD, há muito que a maior parte da produção de coleções didáticas que compõem o conjunto de componentes curriculares, já vem sendo orientada nos editais por esse princípio de preservação. Passa a partir de 2018 a ser esse um compromisso também do componente LEM.

O PNLD existe para buscar atender necessidades do maior número possível de alunos da rede pública; para fazer isso, as regras foram criadas e vem sendo aprimoradas ao longo do tempo. Consideramos que alterar o livro didático de língua estrangeira de consumível para reutilizável não pode ser considerado um retrocesso, como argumenta a ABRALE. A partir de 2011, quando iniciou a avaliação e distribuição de livros de língua estrangeira no PNLD, foram realizadas muitas discussões sobre a natureza do livro didático pensado para a escola. Inclusive, sobre a importância de se manter o modelo predominante no mercado – o livro consumível –, orientado basicamente pelos cursos livres. Quatro edições após, já é possível redirecionar o formato do livro

didático que estará voltado para a prática escolar do ensino da Língua estrangeira, podendo, a partir de agora, adotar-se, tal como outros componentes curriculares, o uso de livros reutilizáveis.

Diante do exposto, entendemos que os argumentos apresentados pela ABRALE não justificam que o componente curricular Língua Estrangeira Moderna não deva participar do movimento de revisão do livro de didático como material não consumível, tal como outros componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Física, Química e Biologia já o fazem.

Referências

- AZEREDO, J. C.. Apontamentos para uma filosofia de ensino da língua materna. Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 28, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2013, p.22. Disponível em: http://www.unifor.br/images/pdfs/humanidades/2013.1_artigo1.pdf
- BOMENI: M.H.B. O Livro Didático no Contexto da Política Educacional. In: OLIVEIRA, João B.A. et alii. *A Política do Livro Didático*. Campinas, Summus, 1984.
- BRASIL/INEP. *Relatório Nacional PISA 2012: resultados brasileiros*. INEP / BRASIL / OECD / Santillana. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio_nacional_pisa_2012_resultados_brasileiros.pdf
- COSTA, L.O.; ARRAES, R.de A.; VERA-HERNANDEZ, M. Identificação parcial do efeito das escolas privadas brasileiras. *39º Encontro Nacional de Economia: Área 11 - Economia Social e Demografia Econômica*. Disponível em <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-5ec3037d40a7e35ca33a24024c50ea8f.docx>.
- MAINGUENEAU & CHARAUDEAU. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo, Contexto, 2004.
- NEUBERT, C.G.C.; SCHLINDWEIN, L. M. Cadernos escolares e práticas pedagógicas. 2014. http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_04_2014_10.08.33.87cd6d87435709231a3e1607d0c932dc.pdf
- OLIVEIRA, J.B.A. *A política do livro didático*. Campinas, Summus, 1984.
- _____. *A pedagogia e a economia do livro didático*. Rio de Janeiro, ABT, 1983.
- VEIGA, I. Na sala e aula: o estudo dirigido. In: ____ (org.) *Técnicas de ensino: por que não?* 19ed. Campinas, Papirus, [1991] 2008, p. 67-88.